



A BARRAGEM DO AÇUDE PESQUEIRO (CAPISTRANO/CE): SECA, COMUNIDADES E INJUSTIÇA HÍDRICA

Francisco Marcos Sousa da Silva ¹

Camila Dutra dos Santos ²

RESUMO

As secas são fenômenos naturais presente em grandes porções da América Latina. A partir da segunda metade do século XIX, as políticas públicas de combate as secas, iniciaram uma modelagem do território geográfico brasileiro, com foco na região Nordeste, afim de torna-lo um espelho de água acessível à população na forma de açudagem. Este trabalho se referencia nos seguintes autores: secas, Alves (2003); açudagem, Molle (1994); injustiça hídrica, Lord Selborne (2001); pesquisa participante, Gabarrón e Landa (2006). O presente resumo analisa a política de combate à seca a partir do contexto da construção da barragem pesqueiro em Capistrano (Ceará). Com o tempo, o projeto inicial ligado a engenharia da construção de barragens, passou a estar ligado diretamente a uma melhor convivência com o semiárido, no entanto, no decorrer do século XX e XXI, essa política perde suas raízes, passando a se configurar a atender quase que exclusivamente o capitalismo agroexportador, provocando assim, injustiça hídrica. A pesquisa adotou uma metodologia de revisão integrativa de literatura, explorando fontes secundárias – teses, dissertações, artigos e, fontes primárias com entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. As secas ainda são uma ameaça para a população, por mais que a política de açudagem seja uma realidade. A mercantilização da água pelas grandes corporações, demonstram injustiça hídrica em seu acesso. Com a construção da barragem no município de Capistrano, Ceará, a água não contempla a todos em direito. Conclui-se que as grandes obras de açudagem não se materializaram em acesso a água.

Palavras-chave: secas, barragem, comunidades atingidas.

ABSTRACT

Droughts are natural phenomena present in large parts of Latin America. From the second half of the 19th century, public policies to combat droughts began to shape the Brazilian geographic territory, focusing on the Northeast region, in order to make it a body of water accessible to the population in the form of dams. This work is based on the following authors: droughts, Alves (2003); damming, Molle (1994); water injustice, Lord Selborne (2001); participatory research, Gabarrón and Landa (2006). This summary analyzes the drought combat policy from the context of the fishing dam construction in Capistrano (Ceará). Over time, the initial project linked to dam construction engineering became directly linked to better coexistence with the semi-arid region, however, throughout the 20th and 21st centuries, this policy lost its roots, becoming configured to serve almost exclusively agro-export capitalism, thus causing water injustice. The research adopted an integrative literature review methodology, exploring secondary sources – theses, dissertations, articles and primary sources with semi-structured interviews and questionnaires. Droughts are still a threat to the population, even though the damming policy is a reality. The commodification of water by large corporations demonstrates water injustice in its access. With the construction of the dam in the municipality of Capistrano, Ceará, water is no longer available

¹ Mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, marquinhos.sousa@aluno.uece.br;

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, camila.dutra@uece.br;



to everyone entitled to it. It is concluded that the major dam construction works did not materialize into access to water.

Keywords: droughts, dam, affected communities.

1 INTRODUÇÃO

As secas periódicas sempre fizeram parte do semiárido brasileiro e do imaginário popular latino-americano. Segundo Joaquim Alves (2003), os primeiros registros deste fenômeno datam do século XVI, relatados pelo padre Fernão Cardim, no ano de 1583, quando houve tão grande seca nas províncias da Bahia e Pernambuco, que os engenhos de água não moeram muito tempo, e nesse mesmo ano, acossados pela grande seca e a fome desceram do sertão cerca de quatro ou cinco mil indígenas. Nesse contexto, com o intuito de amenizar os seus efeitos entendidos por muitos como devastadores, diferentes governos desde o final do século XVIII e início do século XIX, resolveram como solução imediata para conter o problema, investir na construção de Barragens pelo interior do semiárido brasileiro, entendidas como medidas de combate às secas.

Sendo uma dessas primeiras medidas da materialização do combate as secas, temos a construção da Barragem do Açude Cedro em Quixadá no Estado do Ceará, como grande obra feita pela engenharia oriundas de investimentos públicos iniciada no século XIX e concluída em 1906, já no século XX (MOLLE, 1994).

Conforme Silva (2003), as ações emergenciais governamentais de combate às secas não foram capazes de amenizar seus efeitos, pois, foram construída com caráter emergencial, fragmentado e descontínuo, o que acabava aumentando a calamidade pública, com foco na indústria da seca, e na solução hidráulica com a construção de açudes favorecendo sempre aos grandes latifúndios.

Sendo uma dessas ações imediatistas, está a Barragem do Açude Pesqueiro, localizada na Mesorregião norte cearense, na Microrregião do Maciço de Baturité, no Município de Capistrano, nos arredores da depressão sertaneja. Construída pelo governo estadual no início dos anos 2000, a Barragem foi pensada pelo governo para amenizar os efeitos ocasionados pelas grandes secas e assim, proporcionar uma segurança hídrica aos habitantes da região. No ato da construção, diversas famílias foram atingidas diretamente pela obra e tiveram de serem remanejadas.

Essa obra, concluída em 2009, barrou as águas do Rio Pesqueiro. Nesse intervalo, todas as comunidades localizadas na bacia do açude tiveram de ser remanejadas para o



Reassentamento de Agrovila (território comprado pelo governo para realocar as populações atingidas), ou foram indenizadas, recebendo cada uma das famílias o equivalente a R\$ 5.000,00 reais de indenização.

Definimos como área de estudo da pesquisa de campo em três territórios: os atingidos pela Barragem Pesqueiro e realocados no Reassentamento de Agrovila, no qual os chamamos pelo codinome de (RA); as famílias indenizadas que preferiram o dinheiro em vez do Reassentamento no qual chamamos pelo codinome de (FI) além da comunidade de Cajuais, que não foi atingida pela Barragem, chamada pelo codinome de (CA).

Esse trabalho almeja entender como a construção da Barragem impactou as comunidades atingidas, direta e indiretamente, e se essa obra promoveu justiça hídrica.

Conforme diz Lord Selborne (2001, p. 9), a “água, fonte de vida, é igualmente um recurso de valor econômico e uso coletivo”, porém, o acesso a mesma ainda não promove justiça hídrica programada.

Dessa forma, esse estudo tem como objetivo analisar a política de combate à seca e a insegurança hídrica a partir do contexto da construção da barragem pesqueiro em Capistrano (Ceará).

Utilizamos da pesquisa participante, onde segundo Gabarrón e Landa (2006), tem muita relevância social, como ponto de partida para o entendimento do fenômeno pesquisado, além da consulta de uma bibliografia relacionada à temática em questão.

A construção da Barragem Pesqueiro, em pouco mudou a realidade do município de Capistrano, haja vista que a insegurança hídrica permanece presente, simbolizando a política de combate às secas como insuficiente para o alcance da segurança hídrica.

Nesse ínterim, se verificou com a materialização da Barragem, o não acesso à água pela maioria dos habitantes envolvidos. Os problemas relacionados às secas continuam sendo usados como arma política no município, justificando a vinda de mais recursos ligados à parte hídrica, na tentativa da perpetuação do poder pelos administradores locais.

2 METODOLOGIA

O exercício metodológico foi crucial na condução do trabalho científico, haja vista que contribuiu desde o planejamento do artigo, perpassando pelo desenvolvimento, alcance dos objetivos propostos, pela discussão dos resultados, até sua conclusão. Vinculamos nossa metodologia, ao diálogo entre o saber científico e o saber empírico dos sujeitos envolvidos da pesquisa, procurando um entendimento detalhado das vivências internas da temática pesquisada, no intuito de contribuir com suas lutas e resistências para a produção de conhecimento. Portanto, utilizamos uma pesquisa de observação participante onde, segundo



Gabarrón e Landa (2006), tem muita relevância social, pois trabalha diretamente com os saberes sociais e locais, defendendo seus interesses e particularidades.

Para a condução de nosso trabalho, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental, consulta de materiais científicos, como artigos, monografias, dissertações e teses, sobre as principais categorias e conceitos que contribuíssem com o estudo.

Realizamos pesquisas em bibliotecas públicas virtuais, como site *Scielo Scientific Eletronic Library Online*, banco de teses e dissertações da capes, Google Acadêmico, nos periódicos da capes, em bibliotecas físicas como as da Universidade Estadual do Ceará – UECE, da Universidade Federal do Ceará – UFC, nos diversos Institutos Federais de Educação, como também da biblioteca pública do Ceará.

Nossa participação em eventos estaduais e nacionais contribuiu muito no entendimento das políticas que envolvem o acesso à água como: o X Fala Professor, promovido em 2023 pela Universidade Estadual do Ceará; o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), promovido pela Universidade Federal do Maranhão; além de muitos outros internamente.

A pesquisa de campo foi fundamental para o entendimento do contexto sobre o acesso à água em escala local, além de entendermos suas vivências relacionadas ao convívio com as secas após a construção da Barragem Pesqueiro e assim, sistematizar os dados coletados.

Na pesquisa, analisamos três comunidades do município de Capistrano: a comunidade de Agrovila (reassentamento com acesso à água denominado de: (RA); os indenizados pela obra, dispersos pelas margens da barragem, denominados de: (FI) e a comunidade de Cajuais (sem acesso à água denominada de: (CA). Traremos as falas e os questionários das pessoas entrevistadas sem revelar a identidade delas, para que assim possamos ter um entendimento mais preciso da realidade pesquisada.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A “água é o petróleo do século XXI” (Leonard, 2011, p. 43). Por ser tratada com tal importância (devidamente constatada), a água chega para o novo século como recurso natural de disputa entre as mais variadas instâncias políticas administrativas, sempre na tentativa de torná-la uma commodity. Nesses termos, a inclusão ao acesso à água e ao saneamento continua fora das prioridades dos governantes, o que afeta mais as populações pobres do planeta.

A partir de 1880, prevaleceu no Brasil as estratégias governamentais de desenvolvimento regional predominantemente, as políticas de bem-estar e investimento hidráulicos baseados na construção de grandes reservatórios de água, tendo como premissa o



paradigma de combate as secas. (Cavalcante; Dewulf e Van Oel, 2022). Esse paradigma continua sendo um expoente bastante atuante no semiárido brasileiro, haja vista que a construção de grandes açudes para captação de água estar a todo vapor em pleno o século XXI. Para os autores, a seca em si não é um desastre climático, é uma parte normal do clima, onde seus impactos só serão sentidos mediante a questão da resiliência governamental sobre uma determinada população.

De acordo com Sousa (2019, p 483), “o capitalismo, costurando o mundo por meio da internacionalização do capital, vem ameaçando deteriorar mais e mais e mesmo solapar os fundamentos ecológicos da vida em sociedade em uma escala planetária”. São justamente as sociedades mais vulneráveis que sofrem com a expropriação imposta. A mercantilização da água é um exemplo desse extrativismo caracterizado como racismo ambiental. Para o autor, enquanto houver injustiça ambiental, ou seja, enquanto se verificar agressões contra os ecossistemas e os bens comuns, ameaças ao modo de viver de comunidades intimamente ligadas a um sentido de lugar, os conflitos ambientais serão inevitáveis. A política de combate as secas, em muito instigou e continua instigando esses conflitos, ao passo do não acesso em direito à água pela população.

A questão do direito à água carece de uma legislação interna e externa, ao mesmo tempo, para que esse recurso não seja usufruído pelo fim de capital privado, e sim pela coletividade, para que assim tenhamos a justiça ambiental (Ziglio (2008). Para o autor, o cenário de escassez anunciada da água, através da manutenção dos atuais níveis de consumo, exige mudanças. É preciso alterar a visão mundial sobre o uso desse recurso natural, ao invés de torná-la mercadoria, com preços definidos, é necessário reafirmar a sua importância para a sobrevivência humana e garantir o acesso a todos.

A preocupação é o entendimento para quais fins são criados grandes reservatórios de água. Para quem foram construídos, quem os administram, qual a participação da sociedade nas decisões finais, e em que medida esses projetos beneficiam as partes menos favorecidas.

Na contemporaneidade, dentro do atual modelo capitalista, a injustiça hídrica é cada vez mais percebida entre classes mais vulneráveis, por diferentes maneiras: através da mercantilização da água, a negação, a dificuldade no acesso, a desterritorialização para dar lugar aos grandes empreendimentos hídricos e questões de identidade estão relacionados. Já se percebe a captura do Estado pelas elites em seus empreendimentos consolidados em detrimento dos direitos participativos da sociedade.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A vida antes da obra: percepção de assentados(as) e indenizados(as)

Em relação ao período que antecede à construção da Barragem Pesqueiro, no qual denominamos de “a vida antes da Barragem”, várias semelhanças foram verificadas entre as famílias entrevistadas que margeavam o Rio Pesqueiro antes do remanejamento, como é o caso daquelas que vivem hoje no Reassentamento de Agrovila.

Diversas famílias que também moravam margeando as localidades do Rio Pesqueiro, o qual foi alagado com a implantação da obra, não quiseram ir para o Reassentamento de Agrovila e foram indenizadas, preferindo morar nas proximidades da Barragem, construindo suas casas em terrenos localizados nas intermediações. Entre as semelhanças verificadas entre os três grupos de famílias pesquisadas, se destacam as atividades ligadas diretamente à agricultura de subsistência, que desempenhavam no inverno, como o plantio nas margens do rio, a criação de animais e algumas rendas extras de desenvolvimento. No caso das famílias mais próximas do Rio Pesqueiro, é verificado um vínculo muito forte, já que as mesmas tinham um convívio direto com o corpo hídrico, principalmente no inverno com as grandes cheias. Sobre esse aspecto, um dos interlocutores do Reassentamento de Agrovila e nominado como RA (2024) retrata:

Nossa vida antes da construção da Barragem do Açude Pesqueiro era boa. Agente tomava banho no rio, nas cacimbas, tínhamos nossos pais. Gostava muito de lá. Lavávamos nossas roupas no rio, era tudo de bom. Na época das cheias menino, íamos todos para o rio com os nossos filhos tomar banho. Era uma maravilha só (RA, 2024³)

Em outra entrevista, FI (2024⁴), das famílias indenizadas, apontou como era sua relação com a comunidade de vivência antes da obra:

Agente era feliz, pois lá tinha mais renda pra minha família e mais acesso a água. Aqui onde eu moro no São Bento, falta muita água. Tudo é mais difícil, as vezes passamos a semana sem água. Lá no Manguelral agente trabalhava com a venda de frango e vendia pra muita gente. Aqui a venda de frango não se deu como nós desejava (FI, 2024).

Em outra entrevista, em relação às dificuldades impostas pelo antigo local de morada, nos foi relatado, pelas famílias Reassentada em Agrovila e pelos indenizados, como era a vida antes da barragem. Em um depoimento, RA (2024), afirmou que: “*agente trabalhava no pesado, não tínhamos água para beber perto de nossas casas e nem casa própria. A gente morava de favor*” (RA, 2024). Essa fala é fundamental para entendermos a relevância dessa

³ termo RA, foi utilizado aqui para designar a população entrevistado Reassentamento de Agrovila.

⁴ O termo FI, foi utilizado para representar as famílias indenizadas que foram entrevistadas.



pesquisa, já que no campo das entrevistas verificamos além do saudosismo e referência à bonança existente nas antigas comunidades as dificuldades impostas.

Com relação às moradas existentes, os Reassentados narram suas expressões sempre afirmando suas dificuldades na morada antiga. RA (2024) desabafou: *“lá tudo era difícil, dificultoso demais, morávamos de favor no que era dos outros, ninguém tinha casa própria e eram precárias e sem terreno”* (RA, 2024). Outras narrativas se desenvolvem voltadas à convivência antiga morada. Uma interlocutora FI (2024) informou:

Vivíamos uma vida pacata. A comunidade era composta por parentes, e os laços familiares norteavam o cotidiano das famílias. A sociedade ajudava uns aos outros nas necessidades básicas do cotidiano e o trabalho coletivo era visível na região. Havia dia de serviço trocados uns com os outros, todos se ajudavam, já que a proximidade facilitava tudo isso (FI, 2024).

Outra entrevista, FI (2024) relata que: *“antes da construção da barragem era tudo mais difícil. A gente vivia da agricultura e da criação de animais. Era raro as pessoas que tinha uma cabeça de gado”* (FI, 2024). Essas falas aconteciam quando se fazia o paralelo entre as carências existentes na comunidade de origem e o que tem na nova territorialidade reassentada. Nesses termos, RA (2024) ressalta: *“a vida era difícil. Aqui no Reassentamento temos muita facilidade. Lá não tinha água encanada nem casa própria pra morar, a maioria das pessoas não tinham terra, hoje tudo é uma maravilha”* (RA, 2024). Outros interlocutores também nos remetem em suas falas a vida de antes. Assim RA (2024), afirmaram:

Era mais difícil a vida antes. As dificuldades eram maior por morar no que é dos outros. Nós não tínhamos água tratada. Éramos mais jovens e as coisas eram mais difícil, agente inventava fazer um roçado para viver. Mais gosto muito mais daqui da Agrovila (RA, 2024).

A conjuntura social em que as famílias estavam inseridas são relevantes e primordiais. Uma entrevistada RA (2024) revela em sua fala que: *“sempre fui professora e trabalhava na localidade de São Vicente desde novinha, e com o fechamento da escola fui transferida para o Pesqueiro e poucos anos depois vim pra Agrovila onde trabalhei e me aposentei”* (RA, 2024).

Se repetem nas falas sobre a saudade e o modo como as famílias vivenciavam os afazeres nas margens do Rio Pesqueiro, desde o banho no inverno, período em que o Rio enchia, ao lado de inúmeras dificuldades apontadas por vários interlocutores, ligadas diretamente ao baixo desenvolvimento em que muitas pessoas se encontravam na antiga morada.

O remanejamento para a nova territorialidade, mesmo antes do alagamento da comunidade, está conectado à perda de importantes referenciais que regem a vida próxima do Rio, sejam a vizinhança das residências, as redes sociais de reciprocidade e afinidade, a



organização da vida doméstica, o trabalho investido na constituição de roças, além da perda da identidade de forma compulsória (Rebouças, 2000).

A construção da Barragem Pesqueiro nos remete a muitos questionamentos ligados às novas territorialidades remanejadas. Em uma das falas, FI (2024), moradora de uma das áreas alagadas e que não quis ir para o Reassentamento de Agrovila, nos conta que: *“não fui para Agrovila, fui indenizada. Logo gastei todo o dinheiro e não comprei outra casa, fiquei morando de aluguel. Porém, graças a Deus, hoje moro na minha casa própria”* (FI, 2024). Nas várias conversas formais e informais que tivemos com os atingidos pela Barragem Pesqueiro, um ponto que nos chamou atenção foram os indenizados. Nem todos, ao receberem suas indenizações (no caso, cinco mil reais, isso tudo no decorrer da primeira década dos anos 2000), compraram um terreno ou uma casa para morar e com o passar do tempo acabou o dinheiro e ficaram sem-terra e sem-teto, ou morando de aluguel. Para muitos, o governo estadual foi displicente em não garantir de forma legalizada o investimento do dinheiro.

Nessa mesma linha, FI (2024), morador da localidade de Pesqueiro, salienta: *“eu só consegui comprar outra casa depois de um certo tempo. Comprei um chãozinho no Pesqueiro e construí aos poucos”* (FI, 2024).

4.2 A vida após a chegada da Barragem do Açude Pesqueiro

A chegada do empreendimento da Barragem do Açude Pesqueiro, no início dos anos 2000, significou uma grande surpresa para as comunidades atingidas pela obra. Por anos, a população sentia a necessidade de captar água em um reservatório mais perto de casa, principalmente em período de secas prolongadas. A chegada da Barragem aparecia como uma esperança de uma vida melhor, porém, para outra parcela dos atingidos, o Açude significava o medo de perder seu local de origem, suas raízes, sua identidade. No início da obra, ninguém sabia ao certo seu destino, já que o terreno para a construção do reassentamento ainda não havia sido comprado pelo governo estadual.

As percepções das famílias entrevistadas sobre a construção da Barragem Pesqueiro são bastante próximas, RA (2024), em seu relato, afirma:

Primeiramente aconteceram reuniões periódicas na igreja de São Vicente com os secretários do governo e os moradores atingidos. Falavam sobre as indenizações propostas e as novas moradas. Muitas pessoas das comunidades não queria o empreendimento, era um mito de emoções. No início de tudo viemos olhar as casas na Agrovila, ainda sem energia e nem pavimentação, mais viemos logo (RA, 2024).

Com relação aos impactos sofridos com a construção da Barragem, FI (2024), em seus relatos, afirma: *“ouve grande prejuízo, pois tínhamos onde plantar e criar. Hoje moro em um local que não podemos criar nada e nem plantar. Vivemos apenas do salário de nossa*



aposentadoria, e como nós, são muitos dos que ali residiam” (FI, 2024). Nesse mesmo sentido, os relatos continuam voltados para um futuro incerto, como nos coloca RA (2024) quando nos remete que: “o medo de um futuro incerto. De vir pra um local desconhecido. Mais graças a Deus foi só melhoria, já que ganhamos uma casa nova, passamos a trabalhar em nossas terras que ganhamos do governo e viver melhor, lá onde morávamos tinha uma vida atrasada” (RA, 2024).

Outros RA (2024), indagados sobre os impactos sofridos com a construção da Barragem, nos repassaram:

Sinto muita saudade de meu trabalho, minha verdadeira identidade. Sofremos um grande impacto. No Reassentamento ainda sem água no início, sem energia, apenas sete famílias. Só depois o restante das casas foram construídas e enumeradas e entregues a população. Com quase vinte anos morando aqui, meus sonhos continuam sendo de São Vicente. Eu gostava de minha antiga casinha, minha família perdeu todas as raízes. (RA, 2024).

Os impactos foram profundos na vida dos remanejados, porém, para muitos, a vida na nova territorialidade os favoreceu com muitas melhorias. Nesse sentido, RA (2024) aborda que: *“aqui no Reassentamento a vida melhorou 100%. Passamos a ter água, casa, lembramos muito de lá, mais aqui acho melhor” (RA, 2024). Impactos positivos e negativos são relatados. A certeza que temos é que a obra em questão deixou suas marcas na vida de quem foi atingido.*

A Barragem Pesqueiro foi inaugurada em 2009, e a certeza é que uma grande parcela dos atingidos pelo empreendimento permanecem com muitas lacunas a serem preenchidas em relação aos seus direitos prometidos. Quando questionados se os direitos foram assegurados pelo governo estadual, um interlocutor, RA (2024), nos indagou: *“o governo não nos acompanha como deveria, fez várias promessas e nada. Quase nenhuma reparação de desenvolvimento, a gente queria assistência que teve” (Ra, 2024). As narrativas sobre o acompanhamento do governo continuam, e FI (2024) afirma:*

Sim, talvez não da forma de que os satisfizesse. Para alguns, o valor de indenização não cobriu o valor dos bens que tínhamos em nossa propriedade. As reparações não foram atendidas. Acredito que falta por parte do governo, criar cursos de formação pras famílias de como tirar seu sustento do açude, seja através da pesca ou do plantio de forma sustentável, utilizando a água do reservatório. Pra nós, o governo tem uma grande dívida ligada a nossa identidade que de certa forma foi perdida (FI, 2024).

Nessa mesma linha, RA (2024), quando questionado: *“nossos direitos foram atendidos em termos de casa, água encanada, escola e igreja tivemos. Porém, o governo nos prometeu muitas coisas que não cumpriu, como sexta básica, assistência de criação de animais. O governo não cumpriu com a parte dele. Nos deve assistência a nossa comunidade” (RA, 2024).*



As semelhanças nas falas das pessoas entrevistadas estão diretamente interligadas. Quando questionada sobre o acompanhamento do governo, RA (2024) assim descreve:

Não. O governo não disponibilizou nenhuma fonte de renda nos foi dada. Fomos abandonados pelo governo. Não temos água para irrigação, para termos uma vida melhor. A assistência passou foi longe. Ele prometeu praças na comunidade, quadra esportiva, até agora ainda não deu a escritura de nossas terras, quiosques no entorno, uma cooperativa (RA, 2024).

A chegada da Barragem Pesqueiro, de início, trouxe muita esperança por uma vida melhor, já que agora as pessoas iriam ter água, porém, o governo dentro de seu projeto não cumpriu o prometido com as comunidades além do mínimo. Logo, a percepção de quem tinha uma vida dura, morando muitas vezes em casas precárias ou pertencendo a terceiros, finalmente ter um local próprio e um pequeno terreno é de grande valia.

Para uma outra parcela de entrevistados (as), a percepção sobre o prometido pelo governo muda consideravelmente. Nesses termos, RA (2024) nos diz: *“sim, o governo cumpriu com o que prometeu, com a água, temos o sisar. Tem gente que ainda não agradece. Eu gosto muito daqui. Sou feliz aqui. Pra mim, todas as reparações foram atendidas, já que vivemos muito bem aqui”* (RA, 24). Nessa mesma linha, FI (2024) nos repassou: *“tivemos os direitos atendidos, porém, alguns de forma injusta, outros foram mais bem pago, não recebendo a indenização devida”* (FI, 2024). Diversas são as indagações dos atingidos pela grande obra. Contradições, aceitação, pertencimento, negação. Diferentes percepções sobre a construção da Barragem Pesqueiro que ainda tem muito a se entender.

Em questionamentos idealizados pelos entrevistados RA (2024) e FI (2024), a fala se apresenta com uma semelhança bastante crítica em relação à visão da construção do açude e o remanejamento: *“o governo não nos dar assistência necessária para o nosso crescimento. Acredito que um dos principais desafios seja a melhoria nas estradas de acesso à comunidade. Que o governo criasse trabalho para os nossos filhos. Acesso à água para a irrigação”* (Ra, 2024). Percebemos no Reassentamento de Agrovila e na fala dos indenizados que muitas lacunas precisam ser preenchidas pelo governo. As memórias dos atingidos não foram respeitadas como deveriam, criando assim um clima de esquecimento, angústia e inquietação.

Assim, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, mais também fenômeno coletivo e social, coletivamente submetido a flutuações, transformações e mudanças perceptíveis e constantes, sempre com muitas contradições entre os entrevistados pela historiografia oral (Pollak, 1992). As entrevistas evidenciam concordância e discordância entre os interlocutores.

4.3 Percepção da comunidade de Cajuais sobre a Barragem do Açude Pesqueiro



A comunidade serrana de Cajuais se localiza ao Sul do município de Capistrano, fazendo fronteira com o município de Itapiúna. A referida comunidade está distante em média de 08 Km da Barragem Pesqueiro e não foi atingida diretamente pela obra em questão, já que está localizada a cerca de 900 metros de altitude sobre a serra dos Cajuais.

A principal fonte de renda da grande maioria dos habitantes é oriunda da agricultura ligada diretamente ao cultivo de frutas e hortaliças.

As águas da Barragem Pesqueiro não contemplaram todas as comunidades de Capistrano. Se tratando de Cajuais, a comunidade se encontra distante das margens do Rio Pesqueiro e, por esse motivo, não participou do projeto inicial de construção da Barragem.

Por ser um grupo de pessoas localizado do lado oposto do Assentamento de Agrovila, a percepção da comunidade de Cajuais, aqui denominada de CC, sobre o açude Pesqueiro, muda um pouco. Assim, um dos entrevistados sobre a percepção do acesso à água, CC (2024), sobre a construção da Barragem Pesqueiro, contou que: *“não tenho conhecimento da barragem. Se a água dessa barragem viesse pra cá, se chegasse a nós era muita fartura, a comunidade ia pra cima”* (CC, 2024). Nessa mesma linha outro, CC (2024⁵), relata: *“não tenho conhecimento da Barragem, já ouvi falar. Na campanha municipal pra prefeito, falamos pra ele, o prefeito, que queria água”* (CC, 2024). Outra pessoa afirmou com veemência que:

Não tenho conhecimento da barragem. Vejo apenas falar da construção e nunca tive acesso a esse empreendimento. Só sei que a água de lá não chega aqui e nunca ouvi falar que um dia ia chegar. Nossas plantações são todas com recursos próprios quando usam água (CC, 2024).

Para outros entrevistados fizemos a indagação sobre o acesso à água para a irrigação da Barragem Pesqueiro. Em uma das falas, CC (2024) nos relatou com entusiasmo que: *“se as águas da barragem chegasse até nós seria muito bom, melhoraria muito para a comunidade, já que a água que temos, chega num dia e no outro não. Se chegasse, melhoraria 100%. Seria água suficiente para plantar muita horta, não faltava nada pra casa e nem pros animais”* (CC, 2024). Vemos que o acesso à água é uma questão que não possui relação direta com a disponibilidade de infraestrutura hídrica, haja vista o grande quantitativo de açudes disponíveis no estado do Ceará (Tadeu; Sinisgalli, 2019). A justiça hídrica ainda não se concretizou na comunidade de Cajuais, ao passo que o acesso aos corpos hídricos, formatados pelo governo, ainda estão no campo da promessa.

Outra família, CC (2024), nos declarou sobre uma possibilidade de acesso à água da Barragem Pesqueiro que:

⁵ Nos referimos com CC aos moradores entrevistados da comunidade de Cajuais em Capistrano, CE.



Ia ter bastante água, principalmente no verão. As pessoas que mora na parte de baixo e que plantam na Chapada estão sem produzir no momento por falta de água. Se tivesse água, agente plantaria mais, a gente não planta tomate e nem pimentão por que a água que tem é pouca. Se tivesse com certeza aumentaria nossa produção. A quantidade de horta iria aumentar. Mais tenho fé que um dia o coração de quem administra irá ser tocado (CC, 2024).

Para Tadeu, Sinisgalli (2019, p. 49) a “indisponibilidade hídrica”, em muitos casos, poderia estar associada mais fortemente à motivações e interesses sociopolíticos e econômicos, produzindo mais uma “escassez político-econômica da água” do que a uma “escassez física” (ou seja, qualitativa e quantitativa) propriamente dita”.

Na percepção da comunidade, sobre a implantação de sistema de irrigação na localidade nos últimos anos por parte do governo, CC (2024), um entrevistado, nos respondeu: *“Para planta não, apenas para o gasto. O poço artesiano que foi perfurado para a comunidade de Cajuais e Chapada, só que a água não chega todos os dias. Agente desiste de mode a pouca água”* (CC, 2024). Nesse mesmo seguimento outro interlocutor, CC (2024), afirma que:

O governo implantou as cisternas, banheiros e a perfuração de um poço profundo. Só que o poço não atende todo mundo, só quem mora perto. E quando a água chega temos que pagar por ela. Falam que foi o Sisar que fez a perfuração do poço profundo (CC, 2024).

As tecnologias sociais no momento ainda são uma saída para a população do semiárido. Em Capistrano, essas cisternas conseguem fazer justiça frente aos grandes projetos hídricos ligados à açudagem que negam o pleno acesso à água para a população.

Para a localidade dos Cajuais, segundo o entrevistado CC (2024): *“aqui o nosso maior desafio é água pro trabalho e estradas que não temos. No inverno nossos filhos sofrem sem aceso à escola. Melhoraria até a nossa saúde. Tudo pra nós é difícil, Cajuais só é conhecido na época da política”* (CC, 2024). A principal fonte de renda da comunidade é a produção de hortaliças diversas, ligada à produção agroecológica saudável, porém o maior empecilho enfrentado diz respeito à falta de água.

Por mais que Cajuais seja uma comunidade serrana, essa se localiza na região de sotavento do Maciço de Baturité, possuindo na sua maior parte um clima tropical quente subúmido e tropical semiárido brando, o que faz com a disponibilidade hídrica não seja tão elevada. Muitos poços artesanais localizados na comunidade pertencem a particulares, o que proporciona muita injustiça hídrica, pois nem todos têm acesso a água desses reservatórios e não há, até o presente momento, projetos direcionados a levar água da Barragem Pesqueiro até a comunidade.

4.4 A utilização da água da Barragem do Açude Pesqueiro pelo Reassentamento de Agrovila e a Comunidade de Cajuais.



Os problemas de água do mundo estão relacionados principalmente à má distribuição, conhecimento e recursos ligados a ela, não à quantidades absolutas (Selborne, 2001). Constatamos que a política de combate às secas promoveu a construção de centenas de açudes por todo o semiárido brasileiro, o que não resultou, necessariamente, em segurança hídrica.

A insegurança hídrica está relacionada à dificuldade de acesso à água em qualidade e quantidade suficiente para manter o bem-estar humano. Esse fenômeno, embora ocorra em todas as regiões globais, é mais sentido no sul global devido às baixas infraestruturas verificadas na distribuição da água (Tomaz; Santos; Jepson, 2023).

Analizando os dados da distribuição hídrica e populacionais por região do Brasil, baseado nos estudos de Augusto *et al* (2012) e Pena (2024), a região Norte se destaca por apresentar disponibilidade hídrica de 68,5% para uma população de pouco mais 6,8%, logo, mesmo possuindo um grande potencial hídrico, se percebe uma insegurança no acesso à água.

O Nordeste com 3,3% para uma população de 28,9%, devido à baixa infraestrutura que sofre com a segurança hídrica. O Sudeste com 6,0% para uma população de 42,7%, mesmo possuindo uma disponibilidade maior em acesso à água, muitas famílias apresentam déficit hídrico. O Sul, com 6,5% para uma população de 15,1% e o Centro-oeste com 15,7% para uma população de 6,4%. Verificamos um grande antagonismo na distribuição hídrica entre as regiões do Brasil, ao lado de uma enorme disponibilidade em água pelo território vinculada à quantitativos populacionais variados.

Entre as comunidades analisadas, o Reassentamento de Agrovila, chamado aqui pelo codinome de (RA), fruto da desterritorialização promovida pela construção da Barragem Pesqueiro, possui adutora que leva água desta barragem até as residências. Essa comunidade possui água canalizada através do sistema de tratamento e abastecimento, gerido pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar).

Os dados a seguir, destacam a percepção das famílias entrevistadas em relação à qualidade da água utilizada para o consumo. Elas, (RA) apresentam percepções positivas sobre a qualidade da água, e em sua grande maioria afirmaram como “boa” 58% e “regular” 42%. Em relação a regularidade da água da Barragem, usufruída pela população local, RA (2024), nos indagou que “não falta água” 75% e “falta água às vezes” 25%.

Um problema crônico destacado nas falas dos entrevistados, diz respeito ao valor pago pela tarifa da água. Dos interlocutores, 67% relatou não achar “nem alto nem baixo”, 25% acha “muito alto” e 8% diz ser “baixo” o valor pago. Sobre a constatação das famílias Reassentamento, sobre a existência de água para a produção, 80% destacou que “não, não



possui acesso” e apenas 20% afirmou “sim, através de rede particular, o que evidencia que o governo em pouco ou nada fez em termos de alocação produtiva as famílias realocadas na nova territorialidade. Por fim, indagamos às famílias sobre os recursos relacionados à renda para o consumo, de modo que 42% respondeu ganhar “menos de um salário mínimo”, 25% “até um salário mínimo” e 33% “mais de um salário mínimo”.

Fica evidente que a política de açudagem, aliada à transferência de populações de seus territórios para outros locais, ainda deixa muitas lacunas a serem preenchidas, tanto no acesso, quanto ao desenvolvimento local.

Com relação a comunidade de Cajuais, chamada pelo codinome de (CA), essa se encontra a pouco mais de 08 km de distância da Barragem Pesqueiro, e não possui adutora de abastecimento de água. Vale ressaltar que este é um problema crônico, verificado em escala local, quando analisamos a distribuição e acesso à água por centenas de comunidades e famílias espalhadas pelo interior do semiárido.

Foi questionado às famílias entrevistadas sobre a percepção delas sobre a Barragem Pesqueiro. Dessas, 25% responderam “não ter conhecimento”, 27% “conhece a Barragem”, 18% vê “apenas falar”. Buriti, Barbosa (2018, p. 41) afirmou que “atualmente, as políticas, a normatividade, a governança e a gestão das águas no Brasil, incluindo o Semiárido brasileiro, são influenciadas e limitadas por um contexto internacional de crescente mercantilização da água, desigualdade sociais e injustiça ambiental”.

Também perguntamos às famílias sobre a fonte de abastecimento de água utilizada para o domicílio, onde 55% afirmaram “poço artesiano através de rede pública de distribuição”, 36% através de “água das chuvas armazenada em cisternas” e 9% através de “açude local ou cacimba”. Questionamos aos moradores a respeito da percepção deles sobre a qualidade da água utilizada no dia a dia, em que 67% considerou ser “boa” e 33% “regular”. Por fim, indagamos às famílias sobre o uso da água para produção, em que 75% afirmou utilizar “rede particular regularizada e 25% “rede pública”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a materialização da água no semiárido brasileiro, através das obras periódicas da política de combate às secas, como açudes, canais e barragens. Porém, quando analisamos sua distribuição e acesso à nível local, há um distanciamento entre planejamento e alcance.



Em Capistrano, as dificuldades enfrentadas pelos moradores em tempos de secas prolongadas, continua sendo um problema, já que as águas da Barragem Pesqueiro não contemplam todas as comunidades do município de Capistrano.

Por fim, é preciso um maior direcionamento das propostas de acesso à água a todos em direito. E que os governos, idealizadores dos projetos, distribuam o acesso à água de forma igualitária, no sentido de não abranger apenas setores econômicos que usam muita água e não contribuem na melhoria da vida no semiárido.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. **História das secas:** séculos XVII ao XIX. Biblioteca Básica Cearense. Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza, Ce, 2003. 296 p.

AUGUSTO, R *et al.* **O contexto global e nacional frente aos desafios do acesso adequado à água para consumo humano.** Revista Ciência e Saúde Coleriva, Recife, 2012.

BURITI, C. de. O; BARBOSA, H. A. **Um século de secas:** Por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro? 1ª ed. – Brasil- Portugal- Angola- Cabo Verde: Chiado, 2018.

Cavalcante, L., Dewulf, A. & van Oel, P. Combatendo e enfrentando a seca no Brasil: dois paradigmas políticos interligados. *Reg Environ Change* 22, 111 (2022).

GABARRÓN, L. R.; LANDA, L. H. O que é a pesquisa participante? In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante:** a partilha do saber. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. p. 93 – 121.

LEONARD, A. A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MOLLE, F. Marcos Históricos e Reflexões sobre a Açudagem e seu Aproveitamento/ Recife: SUDENE, DPG. PRN. HME, 1994. 193 L p.

PENA, R. F. A. "Distribuição da água no Brasil". **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/geografia/distribuicao-agua-no-brasil.htm>. Acesso em 26 de setembro de 2024.

SELBORNE, L. **A Ética do Uso da Água Doce:** um levantamento. – Brasília: UNESCO, 2001. 80p.

SILVA. R. M. A. **Entre dois paradigmas:** combate à seca e convivência com o semiárido. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, 2003, p. 361-385.

SOUZA, M. L. *Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 350p.



TADEU, N. D; SINISGALLI, P. A. A. Escalas da injustiça hídrica: estudo de caso em Ilhabela – Litoral Norte de São Paulo. Sistema eletrônico de revista, Desenvolv. Meio Ambiente, v. 52, p. 48-67, dez. 2019.

TOMAZ, P. A.; SANTOS, Jader. D. O.; JEPSON, W. **Insegurança Hídrica Domiciliar e Vulnerabilidade Social em Contexto Municipal do Semiárido Cearense**. Sociedade & Natureza, V. 35, P. 1-12, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/NwKmt4zR668C5WXyy9bJRWv/>. Acesso em 11/04/2025.

ZIGLIO, L. Geografia política da água. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, 2008.